

1 ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
2 CEMA - CONSELHO ESTADUAL DE MEIO  
3 AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 06 DE  
4 AGOSTO DE 2013, PRESIDIDA PELO SR.  
5 LUIZ EDUARDO CHEIDA - SECRETÁRIO  
6 ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E  
7 SECRETARIADA PELO SR. JOÃO BATISTA  
8 CAMPOS - SECRETÁRIO EXECUTIVO, NO  
9 LACTEC - AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR  
10 FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.

11 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Srs. e Sras.  
12 Conselheiras, boa tarde. Solicitamos que tomem assento para darmos início a 87ª  
13 Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

14 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
15 Cheida):- Boa tarde a todos os Conselheiros, quero cumprimentar e desejar a  
16 todos uma boa reunião.

17 Antes de mais nada, antes de começarmos a nossa pauta, gostaria de  
18 apresentar os novos Conselheiros do nosso Conselho. São quatro, não sei se  
19 todos estão presentes, gostaria que se apresentassem. Em primeiro lugar,  
20 representando a SEED - Secretaria de Estado de Educação, Sra. Luciane  
21 Cardiano Liotti em substituição à Sra. Rossana Ferrari Schaffer - acho que a  
22 Luciane não está presente. O segundo novo Conselheiro Marcos Aurélio  
23 Reinaldim das Secretarias Municipais, representando os Secretários Municipais,  
24 em substituição ao Fabiano Luiz Andreassa - está presente? Marcos, seja bem-

25 vindo e um bom trabalho. O novo Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves,  
26 representando o CEDEA - também não está presente. Conselheiro Giácomo  
27 Clausi, representando o GARI, seja bem-vindo também.

28 Então, são os quatro novos Conselheiros: Luciane, Marcos, Cláudio e  
29 Giácomo, a quem damos as boas-vindas e agradecemos também aos  
30 Conselheiros que deixam a sua função, que são substituídos neste momento.

31 Peço ao João Batista que faça a verificação de quórum.

32 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Sr. Presidente,  
33 temos vinte e três Conselheiros presentes e o quórum completamente atingido.  
34 Recebi um telefonema agora da Conselheira Ana Cláudia Bento Graff, da PGE,  
35 que não pode estar presente por motivos de saúde, justificando sua ausência.

36 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
37 Cheida):- Temos quórum, portanto, justificada a ausência da Da. Ana Cláudia  
38 Graff.

39 Passamos para a inscrição da Tribuna Livre. Os interessados que se  
40 manifestem com o Secretário Executivo. (Pausa).

41 Em discussão e aprovação a Ata da 20ª Reunião Extraordinária do  
42 Conselho. Passo a palavra ao Secretário para fazer a discussão e aprovação da  
43 Ata.

44 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- A Ata está no  
45 quadro e foi encaminhada a todos, se alguém tiver alguma manifestação, alguma  
46 questão a ser levantada, a ser corrigida, que se manifeste, por favor. (Pausa).

47 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
48 Cheida):- Não havendo manifestação, esta Presidência coloca em votação a Ata  
49 da 20ª Reunião Extraordinária. Os Conselheiros que aprovam permaneçam como  
50 estão. (Pausa). APROVADA por unanimidade.

51 Pois não, tem a palavra o Adriano.

52 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sentimos, na semana  
53 passada, a necessidade premente de uma pequena alteração no Regimento  
54 Interno. Desde a sua elaboração, em 2001, a Câmara Temática de Assuntos  
55 Jurídicos nunca foi instituída na verdade. Então, gostaria de sugerir a criação de  
56 um grupo para estudar uma alteração no Regimento Interno para a composição  
57 dessa Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Por quê? O Regimento Interno diz  
58 que as instituições podem participar em no máximo duas Câmaras Temáticas, e  
59 nós temos quatro. Então, a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos nunca  
60 efetivamente funcionou, porque tem essa restrição no Artigo 21, Parágrafo 1º, do  
61 Regimento Interno. Assim, sugiro um grupo de trabalho para estudar uma  
62 modificação do Regimento Interno para que efetivamente esta Câmara Temática  
63 de Assuntos Jurídicos realmente funcione. Na última reunião da Câmara  
64 Temática de Controle e Qualidade Ambiental sentimos a falta da Câmara  
65 Temática de Assuntos Jurídicos. Ela foi notada, e até um dos Conselheiros do  
66 COPATI, o Sr. Marcelo, fez essa referência. Coloco isso para que possa ser  
67 considerado pela plenária.

68 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
69 Cheida):- Vamos considerar a sua sugestão. Coloco como o terceiro item da

70 pauta, antes da Tribuna Livre, para darmos oportunidade de outros poderem se  
71 manifestar a esse respeito. Tudo bem? É possível? (Concordância). Então, um  
72 pedido de inclusão na pauta, uma sugestão de criação de um grupo para discutir  
73 os aspectos regimentais, em especial da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos,  
74 para discutir essas alterações regimentais.

75       Antes de darmos início a Ordem do Dia propriamente dita, esta  
76 Presidência gostaria de fazer uma solicitação a todos os Conselheiros. Estamos  
77 programados com a nossa reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia  
78 13 de agosto, para discutirmos a descentralização do licenciamento ambiental.

79       Esta Presidência gostaria de fazer uma sugestão ao Conselho para que  
80 mudássemos essa data para a outra terça-feira, para o dia 20 de agosto. Uma  
81 questão de agenda vai nos impossibilitar, alguns Conselheiros e esta Presidência  
82 inclusive, em desempenhar isso e gostaria de contar com a compreensão de todos  
83 os Conselheiros. É um atraso que ninguém gostaria, aliás gostaria de pedir até um  
84 adiantamento para esta discussão, mas um atraso de mais uma semana e faríamos  
85 no mesmo horário, no mesmo local, já consultado o Lactec pela Secretaria, está  
86 disponível o recinto, para que façamos a reunião no dia 20 de agosto. É possível?  
87 Alguém contrário? Podemos encaminhar dessa forma? (Concordância).

88       Então, pediria ao João Batista que informasse, além de todos que aqui já  
89 estão verbalmente cientes, que informasse por escrito essa solicitação de  
90 mudança de agenda para uma semana após a data marcada.

91       Ordem do Dia: Apresentação da Política de Resíduos Sólidos no Estado do  
92 Paraná. Quero convidar a Engenheira Carla, do Instituto das Águas, para que faça

93 a apresentação. Após a apresentação, vamos abrir a palavra para dúvidas e  
94 esclarecimentos.

95 É preciso fazer um registro a todos que esta apresentação da Política de  
96 Resíduos Sólidos não será objeto de votação no Conselho. Foram feitas várias  
97 discussões, senão me falha a memória por oito vezes em todo o Estado, com  
98 várias oportunidades, e o Secretário anterior a mim, o Dr. Jonel, fez de forma  
99 deliberada, colocou esta discussão no Conselho, o que acho que foi uma assertiva  
100 muito boa porque dá a todos os Conselheiros a oportunidade de conhecer esta  
101 política ou pelo menos o projeto a ser encaminhado ao Governador, para ser  
102 mandado à Assembléia Legislativa, mas dá a oportunidade também de que  
103 possamos colaborar, contribuir.

104 Isso foi feito durante esse périplo no Estado do Paraná, e hoje, ao ser  
105 apresentado pela Engenheira Carla, também está facultado a qualquer  
106 Conselheiro, representando a sua instituição ou entidade, de também encaminhar  
107 sugestões. Não significa necessariamente que essas sugestões serão acolhidas,  
108 mas está facultado a cada um dos Conselheiros fazer a sua contribuição mais uma  
109 vez antes de mandarmos ao Chefe do Executivo para ser enviado à Assembleia  
110 Legislativa.

111 Com a palavra a Engenheira Carla.

112 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Boa tarde. Primeiro gostaria de  
113 informar que não vamos ler item por item em função do tempo. A minuta está  
114 disponível no site do CEMA e o que nós fizemos foi um resumo do mais  
115 importante que ela contempla.

116 Então, a minuta deste projeto de lei foi elaborada tendo como base o texto  
117 da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Temos  
118 hoje vigente no nosso Estado a Lei Estadual nº 12.493/99 que estabelece  
119 princípios, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento,  
120 armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos  
121 sólidos no Paraná, regulamentada pelo Decreto 6674/02. Ela não institui uma  
122 política, ela estabelecia princípios, normas e diretrizes.

123 Com este novo projeto de lei a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e  
124 Recursos Hídricos tem a intenção de alinhar a Política Estadual de Resíduos  
125 Sólidos às atuais diretrizes da política nacional, dispendo sobre seus princípios,  
126 objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas a gestão  
127 integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

128 Desta forma entendemos que estaremos incluindo, de forma destacada, em  
129 nossa política estadual: responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos  
130 produtos, envolvendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes,  
131 o poder público e os consumidores; na gestão e gerenciamento de resíduos  
132 sólidos, a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização,  
133 reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente  
134 adequada dos rejeitos; obrigatoriedade da elaboração de planos de gestão  
135 integrada de resíduos sólidos que podem ser municipais, intermunicipais,  
136 microrregionais, regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, visando à  
137 gestão adequada dos resíduos sólidos gerados em nosso Estado; implementação  
138 da logística reversa, definida por um conjunto de ações, procedimentos e meios

139 destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor  
140 empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos,  
141 ou outra destinação final ambientalmente adequada; implantação da coleta  
142 seletiva pelas administrações municipais, priorizando a participação de  
143 cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais  
144 recicláveis; educação ambiental como parte integrante da política estadual,  
145 objetivando o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos  
146 comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento  
147 ambientalmente adequado dos resíduos sólidos; instituição do Sistema Estadual  
148 de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos com o objetivo de orientar  
149 as ações e os recursos a serem implementados; Instrumentos Econômicos,  
150 instituição do poder público de medidas indutoras e linhas de financiamento para  
151 atender prioritariamente estruturas de sistemas de coleta seletiva e de logística  
152 reversa, infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou  
153 associações de catadores de materiais recicláveis, desenvolvimento de pesquisas  
154 voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos, entre outros; e,  
155 por final, as condições de acesso aos recursos serão priorizadas os consórcios  
156 públicos desde que atendida a Lei nº 11.105/05.

157       Histórico. A Política Estadual de Resíduos Sólidos foi construída através  
158 de um processo participativo de diálogo e engajamento entre poder público,  
159 setores produtivos e sociedade civil em todo Estado do Paraná, através de oito  
160 encontros regionais e um encontro com o Ministério Público do trabalho e o  
161 Instituto Lixo e Cidadania.

162 Todas as contribuições foram analisadas pelo grupo da SEMA,  
163 coordenado pela Coordenadoria de Resíduos Sólidos, e o que entendemos que  
164 deveria constar na lei foi colocado e o que entendemos que não seria pertinente  
165 obviamente não foi colocado.

166 Em 2012 fizemos quatro encontros no mês de junho: Mallet, Ponta  
167 Grossa, Curitiba e Maringá; e no mês de julho em Campo Mourão, Francisco  
168 Beltrão e Santo Antônio da Platina. Hoje o nosso objetivo é informar o  
169 andamento da Política Estadual de Resíduos Sólidos e esclarecer dúvidas.  
170 Estamos à disposição para tal.

171 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
172 Cheida):- A palavra está aberta para os Conselheiros. Com a palavra, Conselheiro  
173 Adriano.

174 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Duas perguntas. A  
175 primeira delas é se este projeto de lei já passou por aquela nova comissão  
176 instituída, confesso que não sei o nome dela, mas uma comissão que agregou  
177 todas as iniciativas de resíduos sólidos. Segundo, se o Movimento Nacional de  
178 Catadores de Material Reciclável - lá está escrito lixo e cidadania, mas sou mais  
179 específico no caso do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável -  
180 também participou nessas discussões preliminares.

181 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Esta comissão que o senhor  
182 está falando é o Comitê Gestor, que foi criado esta semana pelo Decreto?

183 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Isso.



184 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Sim, o Comitê Gestor de  
185 Resíduos.

186 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Obrigado.

187 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Sim. As ações estão sendo  
188 todas discutidas e alinhadas, já fizemos duas reuniões, inclusive depois da  
189 criação. E nesses encontros foram todos os movimentos, todos os empresários,  
190 setor produtivo, sociedade civil, foram convidados. Não tenho comigo a lista,  
191 mas o convite foi feito a todos.

192 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Boa tarde. Nós participamos  
193 em Brasília de todos os GTT's - Grupo de Estudos Técnicos. A lei estadual se  
194 baseou na Lei 12.000 que foi a primeira, depois teve o Decreto 7404 e tiveram  
195 todos os grupos de estudos técnicos que deu a orientação de como seria a  
196 regulamentação da lei.

197 Hoje, em todas as deliberações dos GTT's que estão sendo apresentados  
198 os acordos setoriais entre as entidades que representam os responsáveis pela  
199 destinação ambientalmente correta, já é consenso que as empresas do comércio  
200 atacadista de material reciclável, as empresas de reciclagem elas têm participação  
201 bastante ativa. Por quê? Porque elas já fazem esse trabalho que é a finalidade da  
202 lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

203 Então, tem-se que fomentar um trabalho que já existe, já existe esta  
204 cooperação com as cooperativas de catadores, já existe esta logística de coleta  
205 nos vários locais que tem concentração de resíduos. Então, hoje já é consenso um  
206 apoio, um incentivo específico para as empresas do comércio atacadista de

207 material reciclável. Vocês podem verificar até pelas atas das reuniões dos GTT's  
208 em Brasília que realmente hoje é considerado como uma participação prioritária  
209 das empresas de reciclagem nesse papel.

210 Observamos na minuta que nos foi encaminhada para verificar em relação  
211 à aprovação que está ausente, não verificamos a inserção das empresas,  
212 principalmente do comércio atacadista de material reciclável, porque elas fazem  
213 essa ponte com todos os catadores, porque eles compram esse material dos  
214 catadores, juntamente com a indústria que são os fabricantes. Ou seja, eles  
215 processam esse material e devolve para o ciclo econômico como novamente  
216 matéria-prima. Até se baseando no que está sendo deliberado na política  
217 nacional, através dos GTT's, é que deveria haver uma especificação mais direta  
218 em relação às empresas de reciclagem.

219 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- A gente agradece. Na realidade  
220 como os grupos ainda estão discutindo e não finalizaram todos os estudos  
221 realmente acabamos nos apoiando só no texto da Lei 12.305. Mas como o  
222 Secretário falou, você poderia nos encaminhar essa sugestão para que ela pudesse  
223 ser analisada.

224 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Embalagem geral já acabou.

225 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Isso eu sei, mas não foram  
226 todas.

227 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Eletroeletrônico também já  
228 acabou. Hoje já estão sendo apresentados os acordos setoriais. O que é o acordo

229 setorial? São os que as empresas estão propondo para cumprir a meta que o  
230 Governo está definido.

231 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- A gente tem acompanhado isso.  
232 Eu quis dizer que como a gente não tem um resultado escrito, a gente sabe que  
233 são experiências, acontecimentos, a gente não trouxe para cá neste momento  
234 porque nos baseamos só na Lei 12.305 e não nesses estudos dos GTT's, então  
235 agradeceríamos essa contribuição.

236 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Com certeza. Mas veja, é até  
237 importante considerar, todos os grupos de estudo quando eles finalizam emitem  
238 um documento chamado Edital de Chamamento. As políticas estaduais não  
239 podem ser contrárias ao Edital de Chamamento. Esses editais de chamamento já  
240 estão bastante especificados, já estão bastante objetivos na forma como a política  
241 nacional vai conduzir. Então, seria interessante haver uma consideração para a  
242 elaboração da política estadual.

243 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Então, pedimos a sua  
244 colaboração para isso.

245 O Sr. Conselheiro Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Com certeza.

246 O Sr. Conselheiro Tarcísio (SEAB):- Estou representando aqui o  
247 Secretário Norberto Ortigara. Não sei se é uma consideração ou uma  
248 contribuição, é mais para chamar a atenção para a questão de resíduo sólido rural.  
249 Aqui parece, pelo menos na apresentação, que está muito voltado para as  
250 questões mais urbanas: empresas, produção e consumidor. Só que no meio rural  
251 temos alguns problemas muito sérios na área de resíduo. Poderia citar aqui suíno,

252 aves, cana com vinhoto, pó de pedra que é um negócio complicadíssimo e que  
253 usamos inclusive em agricultura.

254 Tivemos uma reunião recente com o pessoal de Itaipu, eles têm algum  
255 interesse também no tratamento do resíduo na produção energética, inclusive até  
256 com demonstração de possibilidade de recursos e tal. Então, não sei bem se é  
257 uma contribuição ou se é um alerta para que fiquemos muito preocupados com  
258 recursos necessários para a promoção de utilização desses resíduos ou para  
259 investimentos, para aqueles que produzem possam também fazer o seu  
260 tratamento.

261 Então, alguns deles temos como aproveitar. Por exemplo, temos junto com  
262 a SANEPAR a utilização de resíduos sólidos de tratamentos das ETAS para uso  
263 agrícola que também é uma alternativa, é alguma coisa que estamos pensando.  
264 Até brincamos com a SANEPAR, precisamos pensar, entre aspas, na nossa  
265 ‘merda’ rural que é tão grande quanto a urbana, se pensarmos na quantidade de  
266 porco que temos, de aves, boi em confinamento e que também temos que dar  
267 destino a isso.

268 Então, só queria, ao dizer isso, estar contribuindo e ao mesmo tempo  
269 lembrando dessa possibilidade de nessa legislação apontarmos fontes de recursos,  
270 nem que seja com o aproveitamento da questão energética com a própria Copel e  
271 com a Itaipu que já estão começando a abrir uma frente de possibilidade de  
272 aquisição. É meio complicado, mas a aquisição desse acesso de energia que  
273 poderia ser produzido com resíduo. Ou seja, há possibilidade deles adquirirem  
274 esse tipo de produção energética na propriedade. Lógico que essa é uma coisa

275 que teria que intensificar a discussão, porque têm outras variáveis envolvidas.  
276 Mas, de qualquer maneira, que não nos esqueçamos dessa parte do potencial que  
277 o próprio resíduo pode dar enquanto aproveitamento, e não só aquela necessidade  
278 legal que se tenha que fazer todos os 'R' da vida.

279       Enfim, mostrar na legislação que existe uma possibilidade de ganho até  
280 para o meio ambiente, porque o agricultor, aquele que está produzindo também  
281 poderá se beneficiar ao utilizar ou ao transformar ou ao reutilizar parte desses  
282 resíduos.

283       E ainda como informação, na agricultura temos junto com a SEMA um  
284 trabalho bem legal na área de logística reversa que é com agrotóxico, é bem  
285 conhecido, o Paraná é exemplo nesta área. Hoje podemos dizer que em conjunto  
286 com a SEMA, com o IAP, recolhemos em torno de 95% ou mais.

287       A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- 99%, Secretário.

288       O Sr. Conselheiro Tarcísio (SEAB):- Esse é um exemplo a ser citado,  
289 porque é um trabalho intenso entre as Secretarias e a própria iniciativa privada  
290 também que tem isso como responsabilidade. Mas era alertar para esta questão  
291 rural que vamos ter muito que conversar mesmo.

292       A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Então, para lhe informar. O  
293 plano nacional já exige uma redução de orgânicos e recicláveis ano a ano, de  
294 2015 até 2031. Então, até 2031, 60% dos orgânicos que hoje vão para os aterros  
295 não poderão mais ir, e 60% dos recicláveis também não poderão. Então, em  
296 paralelo já elaboramos e concluímos agora o Plano Estadual de Regionalização  
297 da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos

298 Urbanos, e já preocupados inclusive com os resíduos rurais, já previmos a  
299 instalação de pontos rurais, pelo menos três em cada município  
300 independentemente do tamanho, pela dificuldade que a área rural já vem  
301 sentindo.

302 Como o nosso plano está recém concluído, seria até interessante que  
303 viéssemos apresentar ao Conselho, Secretário. Estamos com o termo de  
304 referência do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. O que quer dizer? Teremos  
305 que analisar os demais resíduos, estamos com esse termo de referência, acabamos  
306 de discuti-lo ontem à tarde com a Caixa, devemos ter um ok dela no máximo em  
307 dez dias, um recurso da Caixa Econômica e o Ministério do Meio Ambiente, para  
308 fazer essa contratação. Então, esse Plano Estadual fará um estudo de todos os  
309 outros resíduos que não sejam resíduos sólidos urbanos.

310 Vamos estudar resíduos da indústria, resíduos agrossilvipastoris, que é  
311 toda essa sua preocupação, agora já sabemos até com quem vamos conversar  
312 quando começarmos esse plano, de transporte, de aeroportos, de construção civil.  
313 Então, já está sendo encaminhado e devemos contratar esse ano ainda, e aí vamos  
314 ter as informações não só de resíduos sólidos urbanos detalhados como temos  
315 hoje no Estado do Paraná com propostas, com ações e com custo, sabendo quanto  
316 custa para resolver o problema dos resíduos sólidos urbanos, mas atendendo as  
317 metas do Plano Nacional vamos detalhar para todos os demais resíduos.

318 Então, com certeza vamos conversar na sequência, porque precisaremos  
319 do apoio da Secretaria de Agricultura na elaboração do capítulo específico dos  
320 resíduos agrossilvipastoris como os demais específicos para cada resíduo.

321 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
322 Cheida):- Com a palavra, Conselheiro Renato.

323 O Sr. Conselheiro Renato Eugênio Lima (SMMA):- Boa tarde a todos.  
324 Cumprimentando o Presidente e a todos, manifestar minha alegria de estar aqui  
325 participando do Conselho. Minha última participação faz mais de quinze anos  
326 quando o Conselho lutava para ganhar autonomia e capacidade de decisão,  
327 representando a Universidade Federal. É ótimo estar aqui representando Curitiba  
328 e os municípios.

329 Sobre a proposta da Política Estadual de Resíduos Sólidos é interessante  
330 comentar que boa parte dessa política foi discutida em um momento em que não  
331 haviam sido estabelecidas ainda as novas administrações municipais. Sem dúvida  
332 nenhuma vamos ter o maior interesse, vou pedir para a minha equipe fazer uma  
333 análise de forma a colaborar. Sem dúvida nenhuma vamos ter o maior interesse  
334 em contribuir e até seria interessante se vocês se dispusessem a fazer uma  
335 discussão, uma apresentação dessa proposta com conteúdo muito mais detalhado  
336 do que foi apresentado hoje aqui para trabalharmos de forma coordenada nas  
337 ações de nível municipal e estadual.

338 Temos que considerar essas transformações que ocorreram em boa parte  
339 dos municípios no Estado e acolher essas propostas que sem dúvida nenhuma  
340 estamos construindo. Obrigado.

341 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Estamos à disposição.

342 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
343 Cheida):- Com a palavra, Conselheiro Roveda.

344 O Sr. Conselheiro Irineu Roveda Júnior (FIEP):- A FIEP tem muito  
345 interesse em apoiar esse plano estadual. Temos algumas sugestões, desde quando  
346 recebemos, temos um grupo de trabalho dentro da FIEP que trabalhamos tanto  
347 esse quanto outros projetos também. Vamos passar por escrito, algumas são  
348 pontuais outras mais gerais com justificativas, argumentos, principalmente na  
349 questão de recuperação energética. Somos parceiros da Itaipu na questão da  
350 recuperação energética e algumas outras formas, e também na questão dos  
351 instrumentos econômicos. Achei que foi um pouco tímido, gostaria que fosse  
352 mais avançado nesta questão e pretendemos, o quanto antes, o mais rápido  
353 possível, enviar para você algumas sugestões. Obrigado.

354 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Queremos agradecer a parceria  
355 da FIEP também no andamento da logística reversa, estamos com o Edital de  
356 Chamamento, tem nos apoiado. Obrigada.

357 O Sr. Conselheiro Maurício de Jesus Tozetti (CRMV):- Boa tarde.  
358 Colocando-nos à disposição, quando a doutora falou de categorias de resíduos  
359 juntamente com o que a Secretaria de Abastecimento e Agricultura verifica  
360 naquela questão principalmente de resíduos rurais, nas carcaças de suínos, aves,  
361 dejetos e tudo o mais, o Conselho Regional coloca-se à disposição para auxiliar  
362 nesse sentido. Temos pessoas especializadas nesta área que trabalham com  
363 resíduos, mas também até alertaria para que pudéssemos auxiliar em uma nova  
364 categoria, talvez não seja muito visível mas é bem complexa, que são os resíduos  
365 de pet shop em grandes cidades. Hoje temos 70/80% da população paranaense  
366 vivendo em cidades e que produzem muito lixo que têm que ser diferenciado



367 daquele lixo hospitalar de clínicas veterinárias, dos resíduos sólidos de clínicas  
368 que são resíduos hospitalares mas também resíduos de pet onde temos  
369 intermináveis toneladas de pêlos de cães que são tosados, sobras de ração e tantas  
370 outras situações que é um resíduo que tem dado bastante preocupação, inclusive  
371 para nós do Conselho para definirmos como fazemos isso. Inclusive dentro dos  
372 pet shops temos produtos tóxicos que são medicamentos que é uma outra  
373 categoria, mas precisamos incluir isso na política para que essa nova categoria de  
374 resíduo também, que não é nova, é só uma categoria que já existe há muito  
375 tempo, mas que talvez ainda não tenhamos delimitado isso, mas nos colocamos à  
376 disposição.

377 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Agradeço novamente.

378 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- A título de contribuição  
379 também, pensando em uma possível nova categoria que não sei se já foi  
380 discutida, mas tenho trabalhado há bastante tempo com a questão de espécies  
381 invasoras. Estamos discutindo isso na Câmara Temática de Economia e Meio  
382 Ambiente e tenho vivenciado algumas situações, por exemplo, a questão do  
383 mexilhão dourado que é uma espécie invasora que veio da Ásia para cá e tem  
384 tomado conta de muitos rios nossos e causado grandes problemas para as usinas  
385 hidrelétricas. Então, muitas usinas hoje, na hora da parada de manutenção, elas  
386 retiram toneladas de conchas e mexilhões vivos que hoje em dia está sendo  
387 tratado como um resíduo industrial e essas usinas hidrelétricas não estão sabendo  
388 o que fazer com isso. Esse é um tema bem específico, pontual, mas é uma coisa  
389 que tem que ser discutida.

390 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Com certeza. Agradeço  
391 novamente.

392 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
393 Cheida):- Dar um palpite, realmente essas toneladas de conchas são calcário,  
394 carbonato de cálcio praticamente puro para a agricultura, talvez esteja aí um novo  
395 filão de aproveitamento disso.

396 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Sim, Secretário. Só que  
397 como esse resíduo hoje é considerado um resíduo industrial não pode ser  
398 utilizado, aí fica este impasse que pode ser discutido.

399 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
400 Cheida):- A palavra continua aberta. (Pausa). A Presidência agradece a Dra. Carla  
401 e a toda a equipe que participou desses incontáveis encontros para a discussão de  
402 uma Política Estadual de Resíduos Sólidos ao Paraná, agradecer a todos os  
403 Conselheiros que deram no dia de hoje e poderão enviar ainda sugestões a  
404 respeito para que possamos compor uma política pública baseada na lei que traga  
405 melhorias ao Estado do Paraná. A Dra. Carla está sugerindo a todos os  
406 Conselheiros que façam as suas eventuais colaborações, contribuições por escrito  
407 nos próximos quinze dias. Acho que é um tempo razoável.

408 Com a palavra, Conselheiro Renato.

409 O Sr. Conselheiro Renato Eugênio Lima (SMMA):- Pela importância do  
410 tema minha sugestão é dobrar o prazo que está se propondo, termos um mês para  
411 fazermos essa contribuição.

412 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
413 Cheida):- Se todos concordarem fica por trinta dias, depois pediremos aos  
414 deputados acelerarem na Assembléia.

415 Então, solicitamos aos Conselheiros que eventualmente queiram contribuir  
416 encaminhem para o Conselho, para o João Batista ou diretamente para o Laerty  
417 Dudas na Secretaria, mas de preferência para o João no Conselho. Muito  
418 obrigado.

419 O segundo ponto de pauta é a Regulamentação da Política Estadual de  
420 Educação Ambiental - Lei 17.505/2013, já aprovada e está em fase de  
421 regulamentação. Vamos colocar, depois da discussão, em votação uma  
422 recomendação de encaminhamento das minutas de Decreto ao chefe do Poder  
423 Executivo.

424 Peço à Dra. Wanderlea Aparecida Coelho, do Ministério Público, para que  
425 faça a apresentação.

426 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Boa tarde a  
427 todos os Conselheiros e Conselheiras, sou pedagoga, sou funcionária de carreira  
428 da SANEPAR à disposição do Ministério Público para trabalhar à frente desta  
429 Política de Educação Ambiental no Estado. Já agradeço a oportunidade de estar  
430 aqui e é uma etapa fundamental para que possamos estar decretando e  
431 regulamentando a nossa política aprovada em janeiro de 2013.

432 O que é importante destacarmos da Política Estadual de Educação  
433 Ambiental? Primeiro tivemos vetado um inciso por conta do termo biocentro, é  
434 de conhecimento do Deputado Cheida que tanto trabalhou para que pudéssemos

435 clarificar e esclarecer o que significa o biocentro, mas de qualquer modo é um  
436 termo que ainda está vetado, está em discussão para uma próxima pauta. Mas foi  
437 importante porque criamos o órgão gestor e o Conselho Interestadual de  
438 Educação Ambiental.

439 E um terceiro aspecto também fundamental é que toda a Política Estadual  
440 de Educação Ambiental tem como um eixo norteador a bacia hidrográfica,  
441 porque entendemos que a educação ambiental ganha uma sustentação e uma  
442 discussão quando trazemos a questão da água como referência para as pessoas, a  
443 questão do rio. Nós asseguramos que a política tivesse previsto que essas ações  
444 fossem integradas e coordenadas a partir da bacia hidrográfica.

445 Alguns marcos importantes, e algumas pessoas que estão presentes  
446 participaram conosco. Toda a história de educação ambiental no Paraná é datada  
447 de 92, aproximadamente, como rede de educação ambiental, porém alguns  
448 pontos fundamentais.

449 Em 2004 o Movimento Pró CIEA, em 2006 tivemos uma minuta de  
450 criação do próprio CIEA - Conselho Interestadual que estamos decretando. Na  
451 ocasião, por questão mesmo de representação, de representatividade, não foi  
452 aprovada e aí trouxemos essa discussão novamente em 2010.

453 Em 2010 o próprio Conselho Estadual de Meio Ambiente criou um GT de  
454 Educação Ambiental que teve por objetivo trabalhar na organização dessa  
455 política. Com essa política procuramos levantar todos os documentos do Estado  
456 que tratavam de educação ambiental, não só os documentos do Estado, mas todas  
457 as conferências que na época ocorreram aqui. As conferências infanto-juvenis de

458 meio ambiente, as conferências de resíduos sólidos, as conferências de educação.  
459 Procuramos contemplar todas as discussões que haviam até o momento. Tivemos  
460 vinte e uma reuniões de trabalho, três seminários técnicos e encaminhamento  
461 desse Projeto de Lei que virou lei instituída em janeiro.

462 De janeiro para cá no que estamos trabalhando? Na regulamentação de  
463 três artigos que são os artigos que decretam a criação de um órgão gestor dentro  
464 do Estado, a regulamentação desse órgão gestor e a criação do CIEA. O que  
465 diferencia o órgão gestor dos demais estados, e o Paraná tem sido uma referência  
466 nesse sentido? Conseguimos conciliar aqui a Secretaria de Educação, a Secretaria  
467 de Meio Ambiente, a Secretaria de Abastecimento, a Secretaria de Ciência e  
468 Tecnologia e a Secretaria de Saúde. Então, é um órgão gestor que acontece com  
469 essas representações das cinco Secretarias que precisam discutir todo o programa  
470 e o sistema de educação ambiental.

471 As atribuições do órgão gestor. Das atribuições que nós temos é a de  
472 coordenar o Programa Estadual de Educação Ambiental e o próprio sistema. Esse  
473 órgão funciona em forma de pleno, tem representações das cinco Secretarias,  
474 deve ser criada uma Secretaria Executiva, deverão ser indicados técnicos das  
475 áreas de educação ambiental como suplentes e será decidido de forma colegiada  
476 com representação de 50% mais um. Tem caráter deliberativo e consultivo,  
477 devendo ser organizado por um Regimento Interno. O órgão gestor poderá, no  
478 âmbito das competências, criar os grupos de trabalho, as Câmaras Temáticas, as  
479 Comissões Especiais envolvendo técnico de todas as áreas e com todas as  
480 necessidades que sejam apontadas a partir de notório saber, competências das

481 instituições e os critérios atuais o Regimento Interno define. Coordenar os  
482 processos que define as diretrizes para a implantação de âmbito estadual,  
483 coordenar e propor planos, programas, projetos e ações na área de educação  
484 ambiental e assegurar a implementação e o funcionamento estadual de educação  
485 ambiental. Contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de  
486 Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de  
487 viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos,  
488 projetos e ações nessa área; articular as representações, fomentar a criação de  
489 órgãos gestores e comissões interinstitucionais de âmbito municipais, integrar as  
490 ações de educação ambiental de modo que possamos trabalhar em todas as  
491 esferas e também as entidades governamentais e não-governamentais, e  
492 incentivar o apoio e a cooperação técnica, entre os órgãos públicos e as empresas  
493 privadas na área de educação e pesquisa.

494 As deliberações do Órgão Gestor serão encaminhadas: temas que dizem  
495 respeito às questões ambientais para o Conselho Estadual de Meio Ambiente;  
496 temas que dizem respeito à educação formal para o Conselho Estadual de  
497 Educação no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

498 Essas Secretarias de Estado que vão compor o órgão gestor, lembrando  
499 SEMA, SEED, SEAB, SESA e a SETI hoje deverão prover uma parte de  
500 recursos orçamentários para a viabilização dos Programas de Educação  
501 Ambiental para o Estado do Paraná, e também naqueles instrumentos de recursos  
502 financeiros prever um percentual para a educação ambiental.

503 A escolha da Secretaria. Deverá ser eleita por todos que integram o órgão  
504 gestor, deverá se reunir uma vez por mês, em primeira instância a proposta é que  
505 seja a própria SEMA que venha ser o coordenador e depois de um tempo repasse  
506 de forma de rodízio a coordenação do órgão.

507 O que se propõe também nesse Artigo 9º - Os responsáveis legais das  
508 Secretarias de Estado, integrantes do Órgão Gestor, deverão publicar no prazo de  
509 90 (noventa) dias, a partir da vigência deste decreto, a expedição de uma  
510 resolução ou reformular o regimento interno da pasta para que seja incluída uma  
511 área específica de Educação Ambiental. Essas áreas específicas terão caráter  
512 interdisciplinar e intersetorial, fazendo interface com todos os órgãos da sua  
513 secretaria e na articulação das demais no que diz respeito aos programas de  
514 educação ambiental e ao sistema. E esses representantes deste órgão, ao criarem a  
515 área específica de Educação Ambiental, deverão disponibilizar infraestrutura  
516 administrativa e de pessoal para que possa de fato ser implementada e efetivada  
517 as atividades na área educação ambiental.

518 Temos a criação da Comissão Interinstitucional. A Comissão  
519 Interinstitucional no país inteiro, e procuramos fazer com que isso também fosse  
520 trabalhado, tem caráter de participação e controle social. Então, são as instâncias  
521 onde as organizações não governamentais podem estar atuando e participando. E  
522 o que fizemos aqui também, contando um pouco do histórico, foi recuperar todos  
523 os documentos que o CIEA e o Pró CIEA haviam organizado desde 2003. Então,  
524 procuramos atualizar algumas coisas, mas respeitar algo que foi criado em forma  
525 de conferência, todos esses documentos foram criados em conferências.

526 E aí como fica a criação do CIEA? Ele tem representantes governamentais  
527 e não governamentais, a finalidade é propor, apoiar, apreciar, avaliar a  
528 implantação da política estadual, do programa estadual no âmbito da educação  
529 ambiental exercendo o controle social. A Comissão de Educação Ambiental será  
530 constituída por diversos segmentos da sociedade e regulamentada por Decreto  
531 Estadual.

532 Ela trabalha com a finalidade de elaborar e promover as diretrizes para  
533 apoiar, acompanhar, apreciar, criar metodologias de avaliação e implantação da  
534 política estadual. Também trabalha no âmbito de compartilhar, elaborar, fomentar  
535 parcerias, desenvolver projetos técnicos, fomentar grupos de trabalho. Na  
536 verdade o órgão gestor e o CIEA vão ter que trabalhar juntos na implementação  
537 da política e na implantação do programa. Tanto um como o outro terão que se  
538 relacionar e conversar para que as coisas de fato aconteçam.

539 Promover intercâmbio, contribuir com articulação, contribuir com o  
540 aprimoramento conceitual e promover educação ambiental sempre considerando  
541 todas as políticas, as nacionais, as estaduais e todas aquelas que estão afetas à  
542 questão da educação ambiental.

543 Aqui o destaque para essas competências: É de responsabilidade da  
544 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos disponibilizar  
545 estrutura orçamentária, física e humana, necessária para o funcionamento da  
546 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA.

547 A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será coordenada  
548 por um de seus integrantes, que a proposta de neste primeiro ano seja pela SEMA



549 e nos demais anos pelas demais Secretarias, eleito para esse fim, por um período  
550 de 02 anos. Integram na Comissão os seguintes representantes, nas  
551 representações procuramos também seguir o que era prevista da Resolução do  
552 Conselho Estadual de Recursos Hídricos que são as nossas unidades de  
553 gerenciamento de recursos hídricos. Então, o que a gente buscou e a  
554 representatividade de todo o Estado, distribuída pelas bacias hidrográficas que o  
555 nosso próprio Conselho Estadual prevê.

556 Então, são dois representantes pelo conjunto de bacias hidrográficas,  
557 garantindo a indicação mínima de um representante da sociedade civil e  
558 distribuídos conforme as nossas unidades de gerenciamento. Quatro  
559 representantes de suplentes da sociedade civil, sete representantes do Governo,  
560 sete representantes do segmento empresarial.

561 Os representantes do Inciso I são os eleitos nos Comitês de Bacia  
562 Hidrográfica; aí temos bacias que já estão instituídas e bacias ainda em processo.  
563 O que queremos é que aquelas que já estão instituídas que já indiquem os seus  
564 representantes, abram processo à medida que forem indicando vão compondo o  
565 CIEA. Entendemos também que seria uma forma de estimular a participação da  
566 sociedade dentro dos comitês, porque a gente percebe que ficam à parte. Os  
567 representantes da sociedade civil que estamos propondo é que seja considerada a  
568 articulação da rede paranaense de educação ambiental. Então, que as pessoas que  
569 venham participar dessa discussão sejam articuladores, pessoas que estão  
570 envolvidas na rede há tempo.

571 E os representantes governamentais considerando a

572 formação/conhecimento/experiência na área socioambiental, e de preferência que  
573 represente aquelas Secretarias que não fazem parte do órgão gestor.

574       Essa foi uma demanda, porque para que essas minutas fossem elaboradas,  
575 fizemos quatro conferências no Estado e só este ano já tivemos 47 reuniões para  
576 compor este documento, inclusive com a SEED, com o corpo de professores,  
577 com os coordenadores, porque 80% dessa política implica em mudanças não só  
578 de comportamento mas de estrutura da própria SEED. Aí veio essa demanda e  
579 justa que os representantes governamentais viessem das Secretarias que não estão  
580 no órgão, que essas Secretarias de certo modo pratiquem, que são responsáveis  
581 pela política de assistência social, segurança pública, cultura e patrimônio  
582 histórico.

583       Os representantes do segmento empresarial que viessem comércio,  
584 indústria e prestação de serviços, considerando sempre a representatividade do  
585 setor. O órgão de Estado a que se refere o artigo 4º, a SEMA, na elaboração dos  
586 seus respectivos orçamentos, deverá consignar recursos para o custeio de  
587 despesas com viagens para representação, de modo a garantir a presença às  
588 reuniões de todos os integrantes da Comissão, em especial os representantes da  
589 sociedade civil.

590       Então, é isso que se propõem as duas minutas de Decreto. O Decreto de  
591 criação do órgão gestor, com destaque a um órgão gestor criado por cinco  
592 Secretarias que entendemos que são as que executam aquelas políticas que dizem  
593 afeto diretamente a nós, enquanto cidadãos, e o Conselho Interestadual de  
594 Educação ambiental que seria esse mecanismo de participação de controle social

595 e acompanhamento da política de educação do Estado. Muito obrigada.

596 É importante falar que dessa comissão hoje tem a SEMA, a SEED, a  
597 SEAB que já participaram conosco de toda a discussão, técnicos representantes  
598 dessas áreas, o Ministério Público, representantes das instituições de ensino  
599 superior do Estado do Paraná, Universidade Federal e Secretaria de Saúde que  
600 estiveram conosco nesta jornada, nesta comissão. Muito obrigada, agradeço a  
601 atenção.

602 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
603 Cheida):- Esta Presidência que agradece a Dra. Wanderleia e peço que permaneça  
604 para eventuais esclarecimentos.

605 Antes de abrir a palavra a todos queria orientar os Conselheiros no  
606 seguinte sentido: o penúltimo artigo desta lei, o Artigo 25, diz textualmente o  
607 seguinte: “O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias da sua  
608 publicação, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho  
609 Estadual de Educação”. O que estamos fazendo aqui agora é o cumprimento da  
610 lei, ouvindo o Conselho Estadual de Meio Ambiente, depois naturalmente o  
611 Conselho Estadual de Educação que não sei se já fez o mesmo ou fará.

612 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Na próxima  
613 semana temos a pauta agendada com o Conselho Estadual de Educação e tem  
614 uma questão também que enquanto estávamos trabalhando na política saíram as  
615 diretrizes nacionais da educação ambiental. Tivemos o privilégio de ser o Estado  
616 que saiu na frente já discutindo esses parâmetros e estamos aprovando junto as  
617 normas curriculares para a educação ambiental para o Estado do Paraná. Então

618 esta semana as normas curriculares estão sendo discutida no âmbito do Conselho  
619 Estadual de Educação e na próxima semana são os decretos dos órgãos gestor e o  
620 decreto do CIEA.

621 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
622 Cheida):- Perfeito. Esta aberta a palavra aos Conselheiros. Com a palavra,  
623 Conselheiro Adriano.

624 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Esta reunião é para dar o  
625 *check list* final nesta proposta de regulamentação?

626 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
627 Cheida):- A pauta é para isso.

628 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Quando serão feitas a  
629 incorporação dessas novas diretrizes curriculares?

630 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- As diretrizes  
631 curriculares, que estão integradas às políticas, porque trata do sistema de ensino  
632 formal, mas também tem um prazo de noventa dias a partir da aprovação no  
633 Conselho Estadual de Educação.

634 Então, esta semana está sendo apresentada para os Conselheiros e a  
635 intenção é que saia antes do planejamento do próximo ano, porque as escolas já  
636 estão trabalhando no sistema pedagógico dos próximos anos.

637 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Essas novas diretrizes  
638 não interfere nessa versão que estamos analisando dentro do Conselho Estadual?

639 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Na verdade foi  
640 o contrário. Procuramos fazer com que as diretrizes estivessem integradas as duas  
641 minutas de decreto e à própria política.

642 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Poderia passar aquele  
643 slide, esse último do CIEA onde colocaram propor riscaram e colocaram  
644 promover. Pela diretriz nacional ela diz que é para propor, porque a diretriz  
645 estadual e federal fala que tem que ser...

646 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- É  
647 aprimoramento conceitual das políticas públicas e promover ações de  
648 transversalidade em educação ambiental. Aqui foi um destaque da Secretaria de  
649 Educação por conta das diretrizes curriculares estarem saindo juntas, o CIEA não  
650 teria essa competência de propor ações de transversalidade, eles podem  
651 promover, discutir junto com o órgão gestor e trabalharem juntos, mas não teria  
652 autonomia para promover ações no âmbito da educação formal, tanto que está  
653 aqui nas atividades escolares, em todos os ensinos e modalidades de ensino.

654 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu fico preocupado,  
655 porque existe uma tendência em muitos municípios de que a educação ambiental  
656 tem que ser uma cadeira, uma matéria na grade curricular. E é exatamente o  
657 contrário do que reza a Política Nacional de Educação Ambiental, tem que ser  
658 transversal em todas as matérias. Quer dizer, matemática, química, ciência e  
659 geografia têm que ter este assunto permeando. Esta é minha preocupação.  
660 Obrigado.

661 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Na Política  
662 Estadual já foi contemplado que, exceto ensino superior e em alguns cursos, vira  
663 disciplina, como é o caso da pós-graduação mas como prevê a lei nacional. Nas  
664 demais é um conteúdo a ser trabalhado em todas as disciplinas. Isso foi  
665 assegurado, e nas diretrizes curriculares foi assegurado como conteúdo a ser  
666 trabalhado em todas as disciplinas, modo transversal e no ensino superior tem em  
667 alguns cursos de licenciatura está como disciplina obrigatória, embora todos os  
668 cursos terão que ter a discussão, ficou na dimensão sócio ambiental todos os  
669 cursos, nas licenciaturas sendo obrigatória.

670 E um ganho que temos, dentro das diretrizes curriculares na elaboração é a  
671 interface entre a SEED e a SETI que temos assegurado a questão da pesquisa  
672 dentro da SETI que vem colaborar com a educação formal mas também conosco.  
673 Então, muitas coisas que foram apontadas aqui que dizem respeito à política de  
674 resíduos sólidos é pesquisa para que tenham novas tecnologias, que sejam  
675 apontados novos caminhos para que as coisas aconteçam. Então, isso  
676 conseguimos assegurar de certo modo numa discussão com todos que pudessem  
677 ter essa articulação da pesquisa e do ensino, e que não fosse só no âmbito da  
678 educação formal mas no âmbito das instituições, que elas pudessem ter essa  
679 interface mais estreita com a pesquisa.

680 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
681 Cheida):- A palavra está aberta. (Pausa). Nenhum Conselheiro querendo fazer uso  
682 da palavra, esta Presidência agradece muito a Wanderleia e aos demais  
683 Conselheiros e considerar, portanto, que a apresentação, a exposição feita satisfaz

684 as exigências do Conselho podendo dar como APROVADA pelo Conselho esta  
685 praticamente Minuta de Resolução a ser encaminhada para a regulamentação do  
686 Decreto, é a Minuta de Decreto. Obrigado.

687 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Muito  
688 obrigada, e nós ganhamos, o Paraná ganha com essa política.

689 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
690 Cheida):- Temos mais alguns assuntos, porém consulto os Nobres Conselheiros  
691 se querem fazer um intervalo de oito minutos prorrogáveis por mais dois para  
692 que possamos tomar um café, ou continuamos? Então, fazemos um intervalo de  
693 dez minutinhos improrrogáveis. Obrigado.

694 (Está suspensa a reunião).

695 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
696 Cheida):- Reabrimos a reunião. Srs. Conselheiros, terminada a pauta principal,  
697 em outros assuntos está a inclusão da discussão proposta pelo Adriano, do Mater  
698 Natura, sobre a criação de um grupo de trabalho para estudar alterações ao  
699 regimento do CEMA quanto à Câmara de Assuntos Jurídicos.

700 Vou passar a palavra ao Adriano e, em seguida, facultar aos Conselheiros a  
701 palavra para que possamos rapidamente decidir sobre o assunto.

702 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- O assunto é uma questão  
703 de melhorar um pouquinho o texto no Artigo 21, Parágrafo 1º. Eu também me  
704 proponho em auxiliar o Secretário Executivo para fazer uma proposta e na  
705 próxima reunião extraordinária, não nesta daqui a duas semanas, este assunto  
706 voltaria à pauta para ser aprovado.

707 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
708 Cheida):- A palavra está aberta. (Pausa). Ninguém querendo fazer uso da palavra,  
709 há uma proposição apenas do próprio Adriano, a de encaminhar uma sugestão de  
710 alteração ao Secretário Executivo João Batista e em seguida submetermos à  
711 apreciação do plenário deste Conselho na próxima reunião ordinária ou  
712 extraordinária.

713 Com a palavra, Conselheiro Maurício.

714 O Sr. Conselheiro Maurício de Jesus Tozetti (CRMV):- Na alteração, é  
715 possível fazer isso?

716 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Consta no regimento  
717 que pode ser alterado mediante votação da maioria. Será feita uma proposição,  
718 uma resolução que altera o Regimento Interno. É previsível sim, e depois desta  
719 proposição virá a esta plenária para debater, discutir ou refutá-la.

720 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
721 Cheida):- Obrigado. A palavra continua aberta. (Pausa). Ninguém querendo fazer  
722 uso, vamos à votação. Os Conselheiros que concordam com esta proposição do  
723 Mater Natura, permaneçam como estão. (Pausa). APROVADA.

724 O próximo item de pauta é a Tribuna Livre, mas antes gostaria de solicitar  
725 aos Conselheiros que pudessem apreciar uma situação. Eu fiz há pouco, no início  
726 da nossa discussão, uma proposta em fazermos a nossa reunião extraordinária  
727 referente à votação da descentralização do licenciamento ambiental no próximo  
728 dia 20, e não estava presente ainda entre nós o Presidente do IAP. O Tarcísio tem  
729 férias exatamente nesse período e já se comprometeu com a família, então queria



730 pedir aos Conselheiros que pudéssemos esticar mais uma semana e fazermos no  
731 dia 27, impreterivelmente, improrrogavelmente. (Pausa). Então, se todos os  
732 Conselheiros estiverem de acordo a nossa próxima reunião para fazermos  
733 definitivamente a votação da descentralização do licenciamento ambiental, fica  
734 para o próximo dia 27 de agosto, às 14h30min, neste mesmo local.

735 Último assunto: Tribuna Livre.

736 Peço ao Secretário Executivo que chame os inscritos.

737 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Primeiro inscrito  
738 Adriano Wild - Mater Natura. Esclarecemos que todos em conjunto, estão  
739 inscritos na sequência Giácomo Clausi, Vânia Mara Moreira dos Santos e agora o  
740 Cláudio está se inscrevendo. Então, temos quinze minutos para os quatro  
741 inscritos.

742 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Boa tarde. Vou tomar um  
743 tempinho de vocês para tratar de um assunto importante do segmento das ONG's,  
744 o papel delas dentro do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Algumas  
745 considerações são feitas às ONG's e aos demais Conselheiros também.

746 Então, a pergunta que é o tema da apresentação: qual o papel do terceiro  
747 setor no Conselho Estadual do Meio Ambiente? Esse segmento é importante na  
748 composição do Conselho? As contribuições, como são representantes da  
749 sociedade civil, e quando falamos em terceiro setor abrangemos as ONG's e os  
750 convênios sociais, será que sem elas o Conselho Estadual do Meio Ambiente  
751 existiria? Ou o papel delas é apenas uma presença simbólica? Ou é um papel

752 figurativo, acessório, irrelevante? Papel passivo? Esvaziamento? Fazer de conta  
753 que tudo está bem? Ou simplesmente são expectadores?

754 Acho que temos muito que nos identificarmos nessa situação. A exemplo  
755 de outros Conselhos aonde as regras já vêm estipuladas de cima para baixo e aí o  
756 Conselho simplesmente aprova ou não aprova. Mas eu tenho muita dificuldade  
757 de convencer os meus parceiros ambientalistas o papel de eles se inscreverem no  
758 cadastro de entidades não governamentais do Estado. Tenho muita dificuldade!  
759 Tenho pouco tempo de Paraná, mas o suficiente para entender qual o mecanismo.  
760 É difícil de convencer os nossos parceiros ambientalistas a se inscreverem e  
761 participarem das diretrizes, da Política Estadual de Meio Ambiente.

762 Eu fiz um histórico do processo de esvaziamento do cadastro das  
763 entidades ambientalistas não governamentais, não ambientalistas. Neste mandato  
764 de 2013 e 2014 só doze instituições se cadastraram. Em 2012 havia dezenove e  
765 em 2009 vinte e duas. Então, ano a ano ou mandato a mandato tem realmente  
766 diminuído o interesse das organizações não governamentais em participar do  
767 Conselho Estadual do Meio Ambiente.

768 Mas é uma tendência? Não é. Por quê? Porque no Cadastro Nacional das  
769 Entidades Ambientais - CNEA, do CONAMA tem cadastrado 41 instituições  
770 do Paraná. O que está acontecendo?

771 Outra questão que surge é a própria composição do Conselho Estadual do  
772 Meio Ambiente. Temos um total de 29 Conselheiros, sendo 15 do Poder Público  
773 e 14 de diversos: 4 de ONG's, 2 de instituições de ensino superior e pesquisa, 4  
774 do setor produtivo e trabalhadores e 4 de órgãos de classe das profissões

775 regulamentadas. Essa é a composição hoje. E, em 19 de abril deste ano, foi  
776 anunciado que haveria mais uma representação, sendo da comunidade indígena.  
777 Já se passou abril, maio, junho, julho, agosto, quase cinco meses e até agora não  
778 sabemos quem é o nosso novo colega de Conselho.

779           Eu não preciso falar muito, porque temos dois documentos  
780 importantíssimos que falam sobre a importante do Conselho Estadual do Meio  
781 Ambiente. O primeiro é a Constituição Federal, onde fala: “Art. 225 - Todos têm  
782 direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do  
783 povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à  
784 coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras  
785 gerações”. Nós todos, os 29, estamos dentro dessa categoria que temos essa  
786 responsabilidade não somente pelas nossas instituições, mas também  
787 individualmente.

788           O Decreto de 4.447/01 onde cria o CEMA, no Artigo 2º diz que o  
789 Conselho é responsável pela formulação da política e os incisos mencionam  
790 outras atribuições que estão também cada um de nós, individualmente ou através  
791 das nossas instituições ou órgãos públicos, temos essa co-responsabilidade.

792           O que as ONG's esperam do CEMA? Alguns exemplos aqui, vocês devem  
793 ter outros. O primeiro dele é a implantação da Agenda 21 na administração  
794 pública do Paraná. Nós temos um fórum da Agenda 21, mas não se aplica na  
795 estrutura pública do Governo do Estadual. E essa é uma reivindicação  
796 importante, porque para que um Conselho possa funcionar ele tem que dar o  
797 exemplo. Então, aquelas quinze instituições que têm o seu papel no Conselho,

798 espera-se que eles conheçam e comecem um programa de instalação da Agenda  
799 21 na administração pública.

800 Segundo, é o combate efetivo do desmatamento. Eu vim da Bahia, lá a  
801 questão da Mata Atlântica é uma referência muito importante para os habitantes  
802 da região, porque o cacau, que é base da sua plantação, tinha isso. Agora, ficamos  
803 surpresos que 2011/2012, segundo o levantamento feito pela S.O.S Mata  
804 Atlântica, nós continuamos sendo o quarto Estado de desmatamento.  
805 Sinceramente nós aqui no Conselho podemos admitir isso em nossos dias, apesar  
806 da legislação, da fiscalização, dos órgãos ambientais, tanto estadual quanto  
807 federal? Será que cabe ainda desmatamento do pouco que restou da Mata  
808 Atlântica no Paraná?

809 Outra questão: a inclusão na pauta de algumas questões ambientais que  
810 deveriam ser tratadas no Conselho Estadual do Meio Ambiente como a questão  
811 do controle de emissão veicular que deveria começar a funcionar este ano. Nós,  
812 como Conselheiros, não sabemos o desenrolar disso. Como está essa situação?  
813 Ninguém veio nos dizer sobre esta questão.

814 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
815 Cheida):- Adriano, só pediria que respeitasse o tempo, já passou bastante, a  
816 Tribuna é de quinze minutos e temos quatro inscritos.

817 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Tá bom. Temos ouvido  
818 falar sobre o projeto da estrada de ferro, dos planos municipais que o Secretário  
819 muito bem colocou em nove de abril de 2013 que estão no incentivo como  
820 política pública estadual, os Planos Municipais de Recuperação da Mata

821 Atlântica, o Fundo Estadual de Meio Ambiente, um pouco mais de transparência  
822 e sendo uma forma também de proporcionar a implantação desses planos  
823 municipais, transformar a área do Curi que a nossa companheira Vânia está  
824 batalhando há mais de cinco anos ou seis ou sete anos para que se transforme em  
825 uma unidade de conservação estadual, o posicionamento do Conselho a respeito  
826 da Estrada de Colono e o aumento das reuniões anuais do CEMA. Será possível  
827 que tenhamos apenas três reuniões oficiais no ano?

828         Desculpem-me pelo tempo, mas finalizando, para reflexão dos ilustres  
829 Conselheiros que ainda estão aqui, já aconteceram 86 reuniões ordinárias e 20  
830 extraordinárias do CEMA, e o meio ambiente no Paraná melhorou? Obrigado.

831         O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
832 Cheida):- Próximo inscrito.

833         O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Por favor, Giácomo  
834 Clausi.

835         O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (GARI):- Saúdo o Sr. Presidente, o Sr.  
836 Secretário e os demais Conselheiros. Estou aqui para fazer um anúncio, estamos  
837 com a nossa oitava expedição de resgate do Rio Iguaçu confirmada para os dias  
838 22, 23 e 24 de novembro, caindo na data comemorativa do Dia do Rio, e todas as  
839 instituições do Conselho são sempre convidadas.

840         Atualmente temos parcerias com o Instituto das Águas que disponibiliza  
841 sempre dois barcos, levando principalmente a equipe do IAP para fazer a análise  
842 de dez pontos da qualidade de parâmetro do rio nesse trecho, que é  
843 aproximadamente de 150km, a partir de Porto Amazonas até São Mateus do Sul;

844 além da própria SEMA, que todos os anos disponibiliza pessoal ou alguma  
845 parceria física, através da Prefeitura de Porto Amazonas também; os bombeiros  
846 de Palmeira, a Força Verde de Guarapuava, através da Lapa; a PUCPR e a  
847 UTFPR, através do Instituto CRIE - Centro Regional de Integração de Expertise  
848 da Universidade das Nações Unidas que nos dá esse apoio também.

849 Então, as instituições que ainda não participaram, é uma expedição  
850 bastante efetiva, comprovamos os crimes ambientais ainda presentes na região,  
851 principalmente a criação de gado na beira do rio. Nas últimas seis denúncias que  
852 fizemos a resposta que temos é que sempre à margem do Rio Iguaçu é da  
853 Marinha. Então, uma iniciativa, a partir desse ponto que se o Rio Iguaçu é  
854 navegável, teria 50m de margem de cada lado que efetue isso através do  
855 Conselho, que o próprio Dr. Saint-Clair me passou hoje, estava presente na  
856 reunião. Então, se a área é da Marinha vamos reflorestar toda essa área da  
857 Marinha; então se virou uma praia, quem levou a praia embora? Foi uma nave  
858 espacial que desceu e levou a areia embora, 50m de areia? Supostamente foram  
859 dragas da região, mas como não se tem flagrante de delito empurra-se isso para  
860 frente. Obrigado. Quem tiver interesse a gente disponibiliza parceiras. Obrigado.

861 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
862 Cheida):- Obrigado, Giacomo. Quero pedir que depois você nos disponibilize  
863 informações mais sistematizadas para o Secretário Executivo para que ele mande  
864 a todos os Conselheiros, visto que não estamos com o quórum completo hoje.  
865 Mas agradeço.

866 Próximo inscrito.

867 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Sra. Vânia Moreira do  
868 Instituto Guardião da Natureza.

869 A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Queria pedir  
870 ao Secretário informação relacionada a questão do FEMA. O FEMA há dois anos  
871 tinha uma pauta em trabalhar com os faxinais, tinha um recurso de 170 mil, senão  
872 me engano, que era para ser destinado para alguns projetos dos faxinais.

873 Como disse o Adriano, a gente sabe das informações mas não vemos  
874 resultado. Então, como a gente trabalha nas comunidades faxinalenses e agora o  
875 IAP está adotando uma estratégia para que se faça o desenvolvimento sustentável  
876 nesses faxinais, além de apoiar as comunidades com cercas, arames, essas coisas  
877 que são necessárias para manter o faxinal, eu fiquei sabendo que o IAP havia  
878 feito um projeto e que se faria um diagnóstico ambiental e socioeconômico de  
879 alguns faxinais.

880 Então, gostaria que trouxesse ao Conselho essas informações, e  
881 principalmente no meu caso que trabalho com os faxinalenses e eles estão com o  
882 projeto da CONAB, essas informações são interessantes para que possamos  
883 continuar algumas estratégias de trabalho com eles. Não adianta demarcarmos  
884 recurso para gastar nisso e a gente não sabe o que está acontecendo, a gente não  
885 sabe o resultado, não sabemos se deu certo ou não, como as coisas andaram. Até  
886 porque também na própria questão de fiscalização constantemente ouvimos  
887 queixas com relação: “Ah, não se efetivou o convênio da Força Verde com o  
888 IAPI!”. A gente não sabe como está isso, aqui a gente recebe uma informação e lá  
889 na base é outra completamente diferente. Então, gostaria de receber essas

890 informações aqui para ajudar naquilo que for possível, já que é este o papel do  
891 Conselheiro.

892 Há dois meses foi feito um seminário, na verdade uma reunião pública  
893 internacional puxado pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério  
894 Público do Meio Ambiente, pelo Dr. Saint-Clair e pela Dra. Margareth. Nessa  
895 reunião falou-se sobre o amianto, que é uma coisa muito séria, até eu  
896 desconhecia a seriedade desse problema, é um problema muito sério mesmo. E  
897 também se falou sobre o problema da fumigação, dos agrotóxicos que são  
898 espalhados através de aviões, especialmente sobre o glifosato.

899 Até sugeri, não estive presente na reunião da Comissão de Economia da  
900 qual faço parte, como o agrotóxico é um dos temas que será trabalhado este ano,  
901 que a questão do glifosato seja estudada profundamente, porque os argentinos  
902 que vieram para este evento trouxeram estudos dizendo que o glifosato está  
903 mudando o DNA das pessoas.

904 Então, a gravidade é muito grande e a precisamos tomar providências, e aí  
905 volto a insistir que o Conselho tem um papel extremamente importante. Eu estou  
906 no Conselho desde 2000, já passei alguns mandatos como suplente outros como  
907 titular, mas percebo que o Conselho tem um grande papel. Agora, precisamos nos  
908 empoderar desse papel para que de fato possamos fazer modificações no meio  
909 ambiente no próprio Estado.

910 Com relação à área do Curi, o João ficou de agendar uma reunião com o  
911 Secretário e o Procurador, solicito que se fizesse isso com a maior brevidade  
912 porque esta semana novamente estiveram lá, as pessoas que estão lá na



913 comunidade, e naquele dia em que eu estava com eles, me disseram: “A gente  
914 nem está denunciando mais, porque as pessoas que estão fazendo estão fazendo à  
915 luz do dia e estão nos ameaçando!” Naquele mesmo dia estava saindo um  
916 caminhão de imbuia.

917 Então, a gente precisa tomar providências, porque senão vamos ficar aqui  
918 falando, já faz dez anos, meus cabelos já branquearam e daqui a pouco vai ficar  
919 mais branco ainda e não fizemos nada. Então, gostaria que a gente abreviasse, se  
920 fosse possível, porque eles acabam batendo no meu escritório porque fui eu que  
921 chamei este assunto para o Conselho.

922 E finalmente convidá-los para duas festas. Dia 11 de agosto tem a Festa do  
923 Feijão em Prudentópolis, a maior feijoada do Brasil e estão todos convidados. Fiz  
924 uma amostra aqui que é para aguçar o apetite de vocês. A festa começa na sexta-  
925 feira, não sei se na sexta ou sábado tem o show do Daniel e no domingo tem o  
926 almoço, tem passeio de helicóptero. É uma festa bem interessante e teríamos o  
927 maior prazer em recebê-los em nossa festa.

928 E em outubro, nos dias 18, 19 e 20 de outubro, vamos fazer numa  
929 comunidade em que a gente trabalha, que é no Marcondes, a IAP Festa da  
930 Agricultura Familiar. Não temos ainda a programação fechada, mas assim que  
931 tiver trago na próxima reunião, mas já bloqueiem nas suas agendas para vocês  
932 irem lá conhecer o Faxinal, conhecer a nossa realidade, o nosso agricultor.

933 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
934 Cheida):- Obrigado, Dra. Vânia. Próximo e último inscrito.

935 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Com a palavra, Cláudio  
936 do CEDEA.

937 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Boa tarde  
938 a todos. Registrar que o CEDEA foi eleito para suplente do CEMA e eu, Cláudio,  
939 estarei aqui sendo o representante do CEDEA até acabar esse mandato.

940 Queria falar rapidamente que estivemos presentes no último dia primeiro  
941 na etapa macrorregional da Conferência de Meio Ambiente. Lá estiveram  
942 centenas de representantes de dezenas de municípios da região metropolitana do  
943 litoral e dos Campos Gerais.

944 E em que pese todo o esforço da Comissão Organizadora Estadual,  
945 sabemos que não é fácil organizar um evento, até excedeu as expectativas  
946 inicialmente programadas, nós temos uma observação a fazer com relação ao  
947 tempo estendido para este tipo de atividade. Para vocês terem uma ideia para  
948 cada grupo de debate, que foi organizado entorno dos eixos da conferência, este  
949 ano o tema é resíduos sólidos, tinham quatro eixos: consumo e produção  
950 consciente, redução de impacto, geração de trabalho e renda e educação  
951 ambiental, chegou cerca de 300 propostas por tema oriundas dos municípios onde  
952 houve as conferências municipais. E havia um tema cerca de duas horas para ser  
953 priorizada vinte propostas em cada grupo. Ou seja, não dava nem um minuto por  
954 análise de propostas, aí a qualidade da discussão acabou sendo perdida.

955 E o que a gente sugere ao Secretário, inclusive ao Presidente da  
956 conferência, teremos no dia 05 e 06 de setembro a Conferência Estadual, a  
957 abertura solene é no dia 5 de noite e os trabalhos se desenvolverão no dia 06,

958 sugerimos para que vejam a possibilidade junto à Comissão Organizadora  
959 Estadual que aumente este tempo, Secretário. Talvez no dia 05 fosse tomado  
960 pelas atividades de grupo justamente para clarificar mais a discussão, até mesmo  
961 porque vai vir uma representação no Estado mais pacificada, pelo menos na  
962 teoria, afinal são os delegados eleitos que já passaram por um processo de  
963 Conferência Municipal, de Conferência Macrorregional e para permitir um maior  
964 intercâmbio e um aprofundamento da discussão do tema resíduos sólidos, que  
965 está na Ordem do Dia.

966 Talvez poderia ficar aquela programação de abertura solene de noite,  
967 talvez já tenha o agendamento com autoridades, talvez até se manter pela amanhã  
968 do dia 06 para algum delegado, mas abrir a possibilidade de discussão de grupo  
969 já no dia 05. Essa é nossa proposição. Muito obrigado.

970 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
971 Cheida):- Eu que agradeço. Vou procurar conversar com o COI, que é o Comitê  
972 Gestor dessa Conferência, mas acho muito plausível a sua colocação.

973 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Último inscrito,  
974 Conselheiro Tarcísio do IAP. Esclarecer à Vânia que tentamos o agendamento,  
975 mas não deu porque o procurador estava de férias. Vamos tentar o  
976 reagendamento.

977 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):- Boa  
978 tarde a todos os Conselheiros. Queria fazer três colocações. A primeira é sobre o  
979 questionamento do FEMA, e gostaria de dizer que neste Governo nunca teve uma  
980 transparência tão grande, o FEMA está no site do IAP, já fizemos uma

981 apresentação aqui e fico à disposição para responder qualquer indagação que  
982 tenha quanto à aplicação dos recursos ou de que forma foi aplicado, dentro  
983 daquela tabela que apresentamos na última reunião. Coloco-me à disposição para  
984 responder qualquer questionamento que tiverem nesta linha do FEMA.

985 O segundo posicionamento é sobre a colocação do Adriano do  
986 desmatamento no Estado do Paraná. Adriano, concordo com você, respeito a  
987 opinião das ONG's, mas gostaria que tivessem uma informação para vocês e até  
988 que coloquem isso nas próximas matérias do que foi autorizado legalmente em  
989 termos de desmatamento no Estado do Paraná. Quando se fala que o Estado é o  
990 quarto e que desmatou três mil hectares, temos que ver: bracatinga foi  
991 autorizada? O manejo de bracatinga é de dois mil hectares no Estado do Paraná.  
992 Supressão de araucária plantada foi autorizada mais de mil hectares no Estado do  
993 Paraná. Então, que isso seja considerado. O que queremos acabar no Estado do  
994 Paraná é com o desmatamento ilegal, aquele desmatamento que não existe  
995 nenhuma possibilidade de ser autorizado ou que tenha algum processo de  
996 autorização.

997 Então, este questionamento sempre rebato, sempre vou rebater porque é  
998 importante colocar os dois lados.

999 O terceiro foi colocado sobre as áreas contaminadas, também posso dizer  
1000 que tem um acompanhamento da Secretaria de Saúde nesta área, principalmente  
1001 em se falando da pluma e de algumas outras áreas. Temos esse trabalho  
1002 diariamente acompanhado pela Secretaria Estadual de Saúde onde

1003 comprovadamente não se tem nenhum dado ou nenhuma comprovação de  
1004 contaminação.

1005 Então, quero deixar claro para vocês que estamos com olhos muito  
1006 grandes em cima dessas áreas para realmente ter o monitoramento e fazer um  
1007 posicionamento correto em cima. Estamos à disposição para discussão, a  
1008 apreciação de qualquer documento assim como foi feito na reunião do  
1009 CONAMA, tanto na apresentação ao Secretário ou ao Presidente do IAP, para  
1010 que possamos discutir. Obrigado.

1011 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
1012 Cheida):- Adriano, vou me permitir não lhe facultar a palavra, porque senão  
1013 vamos fazer um debate aqui, aliás poderíamos até constar como ponto de pauta  
1014 numa próxima reunião do Conselho, com tempo, para debatermos esta questão de  
1015 desmatamento. Seria muito oportuno.

1016 Vou passar a palavra à Conselheira Gislene, só para um complemento,  
1017 senão vamos abrir uma discussão.

1018 A Sra. Conselheira Gislene Lessa (ITCG):- É só uma questão técnica,  
1019 porque achamos os dados, está no site, comparamos com os dados que nós  
1020 temos. Então, é uma questão de escala de trabalho, de metodologia. Ao  
1021 confrontarmos com aquela que gerou possivelmente os dados de qual era a área  
1022 efetivamente de vegetação do Estado, são muitas áreas pequenas que não são  
1023 computadas. Então, eu acho que é um assunto que tem que ser melhor visto, claro  
1024 fazem essas publicações anuais, mas esse dado em particular a gente buscou e  
1025 confrontou com dados que temos, inclusive alguns com imagens, e são muitos

1026 fragmentos consideráveis, mais de um hectare, que não estão contados. Então, há  
1027 controvérsia em relação a de fato ter...

1028 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo  
1029 Cheida):- Acho que isso até reforça a necessidade de abirmos uma conversa, um  
1030 debate no CEMA e vou pautar para a próxima reunião.

1031 Dito isso, gostaria de agradecer a presença de todos os Conselheiros,  
1032 considerar que vencemos duas questões que eram pendentes e muito importantes  
1033 sobre a política de resíduos sólidos e sobre a educação ambiental. Neste  
1034 particular, neste último, o Paraná dá um exemplo extraordinário, claro que nunca  
1035 é o ideal, mas vamos, a partir daí, com experiência própria, a partir do ano que  
1036 vem, quem sabe estar nos preparando para fazermos aquilo que está se chamando  
1037 de alfabetização ambiental, que é um dos temas hoje mais debatidos  
1038 mundialmente. Muito obrigado a todos, e até o dia 27 próximo, portanto.

1039 Está encerrada a reunião, com a presença também do Sr. Francisco  
1040 Stahlschmidt Júnior, da Associação Brasileira das Empresas de Reciclagem que  
1041 solicitou o registro de seu nome em ATA.

1042